

A incorporação da retórica da cidadania ao universo das demandas étnicas: um exercício etnográfico entre os Calon de Sousa (PB)¹

Jéssica Cunha de Medeiros – Doutoranda em Antropologia – PPGA/UFPE

Mércia Rejane Rangel Batista – Prof^a Dr^a na UFCG

Partindo das discussões sobre os desafios e as mudanças que foram se instaurando tanto no plano global como mais restritamente, no âmbito do Brasil, com relação ao papel do Estado como instância fundamental para o reconhecimento e atendimento de demandas específicas aos grupos minoritários, pretendemos refletir sobre essa problemática trazendo uma situação de campo: os ciganos calon na Paraíba, especialmente, o Rancho dos Ciganos, localizado no município de Sousa enquanto uma situação que pode nos permitir discutir os obstáculos sobre o reconhecimento no cenário nacional. O Nordeste, especialmente a região do sertão, vem se mostrando enquanto um lugar de rota para as famílias ciganas Calon, o que implicou na construção de relações com autoridades políticas locais, gestando uma aliança que persiste até hoje. A questão gira em torno de se compreender como esse cenário reflete a relação dos ciganos com o poder público e como isso tem gerado questões nas formas de entendimento, elaboração e atuação de políticas integrativas sociais que não anulem a possibilidade do “Outro” exercer seu direito à participação política, controle de recursos e autodeterminação, ou seja, a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito neste contexto. Problematizar e pôr em análise essa relação traz à tona a dimensão conflitiva dos processos que são incorporados por esses ciganos quando se ajustam a retórica da cidadania na apropriação da afirmação da identidade étnica. Logo ao considerar como questão de pesquisa os processos de mediação política entre as populações ciganas no contexto brasileiro, somos confrontados com uma tensão conceitual e política envolvendo, por um lado, uma busca de universalidade dos direitos de cidadania e, por outro lado, o respeito às diferenças étnicas e culturais, que se apresentam muitas vezes sob a bandeira da “preservação” dos costumes, o que gera uma desconexão entre os enunciados políticos e a dinâmica existência dessas populações. De tal modo, que ao se destacar a dimensão cultural, se produz a sensação de que esses grupos existem fora do tempo histórico e só podem

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

continuar existindo aos nossos olhos se permanecerem iguais à aquilo que atribuímos enquanto marca identitária. Exigência que não fazemos com relação a nós mesmos, pois incorporamos as mudanças sem que com isso percamos nosso direito a identidades específicas. Portanto, há um desafio em problematizar os efeitos e as mudanças, quando se processam as incorporações desses ciganos na arena dos direitos, envolvendo, inclusive, a plenitude da condição cidadã.

Palavras-chave: Ciganos; Cidadania; Etnicidade

Estado e Ciganos: regulando a diferença através de um modelo universal

As populações ciganas vêm nas últimas décadas sido percebidas, enquanto objetos significativos, o que tem gerado um aumento de pesquisas no Brasil² e na Europa, passando então a ocupar um lugar importante no campo da antropologia, da história e da política, depois da temática ter ficado praticamente despercebida pela maioria dos pesquisadores durante parte do século XX. Vale salientar que anterior a isso, os ciganos não eram inscritos na narrativa da história oficial³. Ainda que Mello Moraes em 1904 tenha mencionado a existência dos ciganos degredados de Portugal nos primeiros períodos da presença colonial e China também ter reforçado em 1936, apontando os ciganos como parte da “fusão” da formação da sociedade nacional brasileira⁴, essas são exceções que provam a regra.

Podemos dizer que os ciganos formaram uma população que viveu em meio à sociedade envolvente e não cigana, ligados a atividades econômicas, alianças políticas e sociais, ao mesmo tempo como aponta Goldfarb ([2004]2013) em sua pesquisa em Sousa (PB), passaram por mudanças significativas e pressão social, a partir dos processos de marginalização e estigmatização, resignificando a identidade (étnica) através da ordem das relações entre os grupos sociais abrangentes. Autores como Fazito (2000), Goldfarb ([2004] 2013), Guimarães (2012), Souza (2013), em suas pesquisas com grupos ciganos, enfatizam que é na interação com os não ciganos que essa identidade tende a ser acentuada, produzindo essa diferença (Barth [1969], 1998). Então, partindo da

² Ver Sant’Ana (1983); Fazito (2000); Moonen (2011); Goldfarb ([2004] 2013); Guimarães (2012); Siqueira (2012); Souza (2013); Ferrari (2010) dentre outros.

³ Somente a partir de 1994 os ciganos passaram a ser citados também em documentos governamentais (Moonen, 2011)

⁴ O autor parte de fontes documentais, jornalísticas e ‘subsídios etnográficos’.

observação do *Rancho do Ciganos* em Sousa, localizado na Paraíba, e os lugares que os mesmos ocupam na cidade e no Estado, em termos sociais, políticos e territoriais, começamos a assistir alguns processos: a escolha da cidade para se fixar nos últimos 30 anos, ligação com as alianças construídas com as autoridades locais, o efeito do período associado ao local, as mudanças geradas pela incorporação na arena pública, as formas de afirmar ser calon, dentre outros. É um cenário que desperta explicações sobre como estes calon sempre estiveram presentes e ao mesmo tempo foram tomados enquanto sujeitos de pouca importância acadêmica, sociocultural e estatal no desenvolvimento de pesquisas e planejamentos de cidadania. Entretanto, desafios e as mudanças foram se instaurando tanto no plano global como mais restritamente, no âmbito do Brasil, desde 1988, com relação ao papel do Estado como instância fundamental para o reconhecimento e atendimento de demandas específicas aos grupos minoritários.

Os calon da Paraíba, especialmente, o *Rancho dos Ciganos*, localizado no município de Sousa vivem em uma situação que pode nos permitir discutir os obstáculos sobre o reconhecimento no cenário nacional. A partir do final do século XX constatamos o processo de articulação entre lideranças calons e as diversas formas de poder público, tendo em vista, inserções formais e informais que indicam processos atravessados por mediações junto a essas populações e aqueles que representam o Estado, assim como relações inversas. O Nordeste, especialmente a região do sertão, vem se mostrando enquanto um lugar de *rota* para as famílias ciganas Calon, o que implicou na construção de relações com autoridades políticas locais, gestando uma aliança que persiste até hoje. Então a questão gira em torno de se compreender como esse cenário reflete a relação dos ciganos com o poder público e como isso tem gerado questões nas formas de entendimento, elaboração e atuação de políticas integrativas sociais que não anulem a possibilidade do “Outro” exercer seu direito à participação política, controle de recursos e autodeterminação, ou seja, a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito neste contexto (FRASER, 2001, p.245). Ao mesmo tempo, essas relações são apropriadas pelos representantes do poder público, que geram uma retórica que não resulta no empoderamento desses grupos, ao contrário, produz uma situação de maior redundância, que geram mais expectativas e dificuldades de realização.

Entre os calons no *Rancho dos Ciganos*, podemos observar uma disputa pelo controle das representações daqueles irão negociar e mediar com a esfera pública, ou seja, alguns ciganos que tem o interesse e que são eleitos para intermediar as demandas do

grupo não apenas com agentes e funcionários públicos que exercem a função Estatal (nesta dimensão o Estado, aparecem enquanto um extensão de várias instâncias que representam o Governo), como aqueles que querem criar diálogos entre instâncias de lutas. Problematizar e pôr em análise essa relação traz à tona a dimensão conflitiva dos processos que são incorporados por esses ciganos quando se ajustam a retórica da cidadania na apropriação da afirmação da identidade étnica. Ou seja, o que estes calons entendem por cidadania e etnicidade.

Logo, a cidadania que pressupõe igualdade perante a lei para todos os cidadãos implica numa contradição e num paradoxo, uma vez que parte do pressuposto de que somos todos iguais, o que, em certa medida e no sentido dos direitos fundamentais, é de fato verdadeiro; contudo, quando diz respeito aos ciganos e outros grupos étnicos, religiosos ou sexuais, este princípio é confrontado por situações nas quais os direitos individuais afetam o interesse coletivo. Assim, no campo jurídico, quando falamos em povos ciganos, os marcos políticos-legais ainda seguem corroborando a partir de práticas hegemônicas, a “integração” desse sujeito à sociedade nacional, contrariando o direito à diversidade, a uma historicidade distintas, além das especificidades socioculturais dos mesmos. É uma chave na qual se exige o reconhecimento étnico, o que implica numa diferença, e, ao mesmo tempo, se opera com um fundamento de um direito universal.

Tendo em vista que para as populações ciganas as categorias “cidadania” e “identidade étnica” demarcam sua inserção em um campo de debate junto a outros grupos sociais e étnicos nos países e locais em que residem. Procuramos recuperar este debate buscando mostrar a forma pela qual estão organizados social e territorialmente, assim como se apropriam desse debate na forma pela qual se constituem enquanto indivíduo que é marcado por seu modelo cultural, conseqüentemente, como diversos grupos e famílias ciganas se articulam ante a realidade que estão vivenciando.

Pesquisando entre os Calon e os desafios ao se incluírem no debate sobre igualdade e cidadania.

Ao nos debruçarmos em determinadas situações de pesquisa podemos perceber etnograficamente como tem sido instaurado os processos de criação de uma unidade sociocultural, no que diz respeito ao reconhecimento das populações ciganas enquanto cidadãos, mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora.

Concordamos que o entendimento deste contexto, pode nos conduzir a complexos cenários do que é ser cigano e como compreendem seus direitos redimensionando as tensões sociais que esse ponto se desdobra em suas comunidades.

Como explanação da problemática da situação aqui pesquisada, trazemos como exemplo o I Encontro de Ciganos do Nordeste realizado em Sousa (PB) no ano de 2015, onde pude observar como os calon de Sousa e os ciganos de outras cidades e Estados presentes estabeleceram uma forma de se representar ante o cenário político. Estes espaços públicos revelam muitas vezes tensões entre grupos de origem étnica diversa. Neste caso em especial, se destacou as formas de representar uma chamada “*ciganidade*”⁵, o que permitiu que no exercício de descrição e análise direcionasse meu olhar para os momentos distintos daqueles vivenciados dentro da comunidade, de modo que seus múltiplos modelos de legitimidade implicam em novos focos de deslocamentos dessa identidade, que são instados a se colocarem em momentos públicos.

Nesta ocasião de discussão da representatividade do “*ser cigano*”, foram muitas vezes citadas a proposta de criação do Estatuto do Cigano, que circula no Senado Federal brasileiro, apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) como projeto de Lei que foi posteriormente, discutido e votado. Este estatuto questionado pela maioria dos ciganos presentes no Encontro, se posicionavam contrários a noção de “*auto definição cigana*”, ao elaborar o documento no final do evento chamado “*Carta de Sousa*”, que seria um registro dos temas e pontos discutidos no evento e que serviria de instrumento para propostas de políticas públicas para a população cigana brasileira. Logo esse acontecimento, que provocou a não aceitação dos ciganos ali presentes a essa autodefinição destes indivíduos, nos faz questionar a maneira pela qual o Estado é confrontado pelo modelo de pertencimento nacional do grupo que muitas vezes não se adequa aos formatos já preestabelecidos.

Trata-se, de uma identidade política que parece está sendo construída a partir de um processo criativo de assimilação da condição étnica e de manejo no desempenho de papéis nos eventos políticos em meio a uma estrutura social que o mesmo faz parte e que funciona como suporte de suas referências de valores morais e culturais. Onde permite elaborar sua identidade étnica calon de maneira positiva. No entanto, em problemática a isso a falta de discussão no Governo Brasileiro sobre populações ciganas e a não inserção

⁵ *Ciganidade*, foi um termo pronunciado por eles no evento.

desses grupos, durante muitos anos, nas políticas governamentais evidencia séculos de esquecimento, visto que a questão cigana só começou a ser discutida oficialmente em 2002, através do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que tem como primeira iniciativa o reconhecimento de suas especificidades culturais; onde suas ações preliminares se dirigiram a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dessas populações, apoio a projetos que visassem os estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições de comunidade ciganas pelo Brasil, a fim de juntar um acervo na construção de dados oficiais para servirem como instrumentos aos municípios que contam com a presença de ciganos, para montar estratégias no estabelecimento de áreas de acampamento, com infraestrutura; e construir interlocução com os ciganos, como a importância do registro de nascimento dos filhos, agora feitos de forma gratuita (BRASIL, 2002). Essas orientações e planejamentos foram duramente problematizados pelos ciganos presentes no Encontro, tendo em vista, as lacunas na história e da ausência de estrutura do estados, municípios e até mesmo do órgãos responsáveis do governo que atuam junto a esses grupos por apenas somarem esses grupos a outros modelos étnicos como indígenas e quilombolas, sem considerar que a dinâmica cultural dos ciganos e os processos de interlocução acontecem a partir de um modelo distinto de cidadania.

Essas ações iniciais, ainda prematuras, marcam as primeiras estratégias de diálogo do poder público com essas populações, que ao mesmo tempo em que destaca uma preocupação do governo com ciganos, ele também elabora mecanismos de controle e homogeneização desses grupos ao postularem um modelo de universal de cidadania. Os modos pelos quais a administração pública constrói estratégias para atender as minorias sociais ainda estão muito aquém do desejado pelos ciganos. Apesar das ferramentas encontradas do PNDH serem construtivas na forma de desenvolver um maior conhecimento dessas populações, essas populações ainda carregam na memória os modos pelos quais essas instituições os enquadravam. Como bem foi expresso em uma das falas dos ciganos presentes no evento de Sousa:

Nossa cultura sempre foi perseguida. Nós queremos acreditar que esse evento vai fazer diferença nas nossas vidas, que tudo que foi dito vai ser feito. Mas na nossa vida inteira vimos políticos prometer que ia fazer e não faz. Vimos ciganos aqui ser perseguido, culpado por coisas que não fizeram pelo simples fato de ser cigano. Cigano sempre trabalhou por si, nunca esperou que governo fizesse coisa nenhuma. Não vou falar que nunca foi feito, foi sim. Graças ao governo de Lula e da Dilma que as coisas vêm mudando para nós. Que tivemos a chance de ter nossa vida diferente. Mas cada político que bata na nossa porta em época de eleição, se aproveita de cigano, para depois largar de mão. Que garantia nós temos? São muito poucas! Vamos abrir nossa casa, nossa vida para vocês para quê? Sei que

não é a intenção do evento, mas é preciso falar a verdade, é tudo muito bonito aí na frente, tudo que é cigano aqui reunido, mas sabe por que os ciganos de Sousa na sua maioria não está aqui? Porque nós estamos acostumados com esse tipo de coisa, não querem mais se iludir não. Eles ficam em casa assistindo a novela. Vocês só reproduzem as mesmas coisas, sabe quantos índios já morreram esperando serem escutados? Milhões! Se com eles que vocês já trabalham a tanto tempo ainda não conseguiram garantir a proteção deles apenas para eles serem eles mesmos. Com a gente vocês tem começar do zero. (Discurso proferido no Evento, agosto de 2015)

As formas pelas quais o evento era apreendido pelos ciganos que se pronunciavam, principalmente no primeiro dia, era demonstrada através de críticas as ações de aproximação do Estado com eles, ressaltavam também a consciência de uma longa distância entre teorias e práticas, denunciando principalmente as barreiras construídas pelo preconceito generalizado, que foi se amalgamando nas práticas sociais dirigidas ao povo cigano. Podemos considerar de certo modo que muitos fatores podem ser listados para explicar o porque dessa atuação, ter sido tão tardia das instituições políticas com populações ciganas. Se pararmos para analisar em parâmetros de quadro histórico e funcional, a característica mais proeminente da instituição foi à constituição de um corpo burocrático⁶, que apesar das mudanças, ainda carrega consigo um modelo de direito e cidadania universal que não as especificidades de muitos grupos, muitas vezes de um modelo de “cidadania” que compreende a todos, mas não representa por exemplo muitos grupos étnicos.

Apesar de muitos discursos proferidos no evento representarem um chamado para os ciganos que estavam no evento, a se fazerem presentes num cenário público e político, nacional e regional, os ciganos calon de Sousa não pareciam muito interessados em sair do *rancho* ou mesmo ficar longe de suas famílias para se aventurarem numa viagem até Brasília, com seus próprios recursos, para se fazerem ouvir neste ambiente político. Essa representação pública desse cigano como um líder, ativista dos direitos de sua comunidade parece ser construído apenas em determinados cenários, visto que na realidade social desses grupos essa representação parece ser mais necessária para cumprimento de seu papel de liderança na comunidade, vestindo o papel de pai, amigo, compadre. Certamente, ficar longe de sua família ou mesmo da comunidade acontece a partir de uma negociação da liderança com os seus⁷.

⁶ Almeida & Palmeira (1977)

⁷ Reflito essa questão como uma possibilidade de interpretação a partir do que pude observar durante o encontro.

Nesta perspectiva, ao ancorarmos na leitura dos ciganos enquanto uma identidade étnica diferenciada, o esforço feito aqui é na direção de compreender esses processos de interação no qual estes indivíduos estão postos socialmente e quais retóricas da cultura e pertencimento cigano é posta enquanto diferença e valor em relação seu status enquanto cidadãos. Esta problemática abordada, contribui nos estudos sobre populações ciganas, ao buscar localizar onde na experiência social, política e territorial se cultiva e alimenta essa afirmação étnica e cultural, demarcando o que se constitui *ser cigano*, ante o paradoxo da cidadania enquanto projeto da nação e a garantia dessa cidadania do indivíduo se reconhecer enquanto etnicamente diferente.

A retórica da cidadania e o reconhecimento da identidade étnica se incluem nesse debate ao passo que são duas categorias nas quais levantam a necessidade de redefinir o que tem sido até agora a interpelação entre indivíduo e Estado. E o quanto é preciso agregar a essa discussão a percepção de que esses ciganos enquanto sujeitos sociais, não só são possuidores de direitos e deveres, como também são dotados de especificidades culturais. Essa temática envolve a contradição que ao evocar a trajetória que lhes garante o status enquanto cidadãos, os ciganos não deixam de afirmar quais são as bases de seu pertencimento à Nação. O que problematiza o lugar da nação enquanto capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidade que implica tanto em evidenciar os traços de semelhança e homogeneidade quanto uma diferenciação em relação ao outro (MOTTA, 1992). Essa temática, traz à tona a importância da posição social e histórica desses sujeitos e o papel antropológico de compreender quem são e como podemos lidar e construir pontes de diálogo para que possam criar espaços de inclusão de cidadania sem subsumir sua condição étnica.

Debate teórico

A partir desse cenário apresentado, recuperamos, como ao longo do processo histórico as questões relacionadas ao reconhecimento de novas identidades passaram a se tornar uma pauta para o Estado, visto que, como formação política característica da modernidade, o modelo do Estado-nação tem se colocado no centro da reflexão em torno da identidade nacional. A problemática da cidadania e os problemas da integração social, democracia e desigualdades sociais de fato não são novos na análise social. Os sociólogos Thomas Humphrey Marshall (1964) e Reinhard Bendix (1974) desenvolveram ensaios

clássicos sobre essa temática. Marshall (1964) foi um dos primeiros estudiosos acadêmicos que começaram a usar o termo da cidadania, associando-o aos processos de formação do Estado e modernização da economia nacional. Em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao incluir os direitos e as obrigações inerentes à condição de cidadão, destacando que o processo de cidadania foi caracterizado pela significativa expansão dos direitos individuais, anteriormente destinados a uma pequena elite. Em seu livro, “Class, Citizenship, and Social Development”, Marshall diferencia três tipos de direitos dos cidadãos: econômicos, políticos e sociais, que segundo ele eram produtos do desenvolvimento da cidadania no século XIX, momento que é marcado por profundas mudanças nas relações sociais e de produção. A partir da Revolução Francesa se tem uma transformação fundamental que resulta surgimento do princípio da igualdade individual. Que conforme Marshall, a igualdade é um status que confere a adesão plena dos sujeitos à comunidade.

Bendix (1974) ao questionar que se é a cidadania que gera igualdade, vai acrescentar o debate o problema da crescente desigualdade econômica e de classe, pois a democracia industrial moderna é incompatível com esses valores? Para o autor essa questão poderia ser explicada a partir dos processos de construção do Estado nacional, que está associada a possibilidade de obter o desenvolvimento, que por sua vez operaria sob certas condições preliminares, como a formação de uma autoridade pública, uma comunidade política nacional e um processo de industrialização. Ao analisar os processos de formação das novas repúblicas na África e na Ásia pós-colonial, Bendix analisou as relações sociais, ressaltando as contradições ou tensões que a realidade que a elite modernizadora produziu ao impactar a força dos laços “comunais” da população abrangente. Assim, esse era um fato que deveria ser considerado, para além das abstrações que a época tentava-se representar como estado nacional. Bendix tal qual Marshall, se preocupava-se com a mesma questão: como pensar problema da igualdade em uma sociedade complexa. Já que constatava que esse aumento da igualdade em termos jurídico era seguido pela desigualdade social e econômica. Assim, a cidadania, para a população de “classe economicamente mais baixa”, apesar de ter sido uma conquista de abrangência importante, provocou em muitos níveis uma burocratização institucional de fundamentos muito abstratos de igualdade, o que acabou produzindo novas formas de desigualdades e novos fatores para responder tais implicações.

Nos anos oitenta mudanças estruturais decorrentes da crise econômica, começam a deslocar o debate da cidadania para a esfera da sociedade civil, desatando os laços que foram tecidos a partir da atuação do Estado. Cidadania neste momento, ao invés de ser um privilégio concedido pelo Estado, ela posta enquanto um direito, associada aos direitos econômicos, sociais e culturais, e a determinação de que não deve haver formas exclusivas cidadania. Neste contexto, começam aparecer demandas cidadãs crescentes de apresentadas por mulheres jovens, e a cidadania passa a ser refratada cada vez mais. Este processo de transformação conecta-se as mudanças no campo político-ideológico, assim como a crise nas formas de representação ou modos tradicionais de interlocução dos sujeitos sociais com o Estado. Então é posteriormente a essa conjuntura que o debate sobre cidadania e grupos étnicos se constituiu de modo mais visível.

No século XX com desenvolvimento da temática política e teórica sobre direitos humanos, se constituiu uma premissa que fundamenta a coesão social, fundada no princípio da igualdade todos os seres humanos perante a lei de todos e o princípio da não discriminação em razão dos marcadores sexo, raça, cor ou etnia. De forma que cada um desses princípios tem sua ênfase em convenções, declarações e acordos internacionais; no entanto, este princípio da igualdade perante a lei na sua execução mostra que a igualdade é mais uma aspiração do que uma realidade, o paradoxo se encontra no momento em que se assume que todos são iguais perante os direitos fundamentais, contudo, no caso dos povos ciganos e outros grupos (religiosos, sexuais) lidar com este princípio desqualifica os direitos das minorias, que requerem direitos diferenciados, ou individuais. Especialmente no caso dos ciganos, se reivindica ainda que sua condição de cidadão e sua condição étnica sejam não somente reconhecidas, como garantidas.

Enquanto sujeitos dessas novas demandas os ciganos reafirmam que é necessária uma rediscutir a noção de identidade, assim como o reconhecimento e proteção pelo Estado e pelos cidadãos em geral. Tendo em vista que, no contexto nacional do Brasil, “*o cigano*” ainda é sinônimo de atraso e pobreza, estas construções sociais têm sido questionados pelos próprios ciganos, que estão revisando a terminologia e nomenclatura que os outros dispõem sobre eles. Como podemos assistir nos discursos proferidos pelos ciganos na 4ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir, maio de 2018), onde foram discutiram propostas de enfrentamento ao racismo e outras formas de preconceito, assim como várias pautas relacionadas a identidade, saúde, território, educação que foram negligenciadas há décadas pelo Poder Público. Tendo em vista que

que ao reivindicarem condição de grupos étnicos, se reivindicam também o direito de serem considerados de acordo com um estatuto jurídico que lhes permita exercer o direito à participação política, o controle dos recursos e auto-determinação, o que traz à tona uma questão nacional onde essas demandas podem ser postas sob suspeita, tanto pelo estado, quanto pela sociedade abrangente.

Atualmente, há um grande debate em busca de formas que nos permitam pensar sobre o futuro dos estados nacionais que estão em crise, onde a maioria das abordagens se direcionam para a necessidade de ir além da ideia de uma igualdade abstrata e assumir uma política de reconhecimento das diferenças culturais, que pode ser expressa em torno de Estados multiétnicos e multiculturais. O desafio se coloca quando se define se o reconhecimento deve ter unicamente um sentido moral, mesmo quando o comportamento moral tem uma expressão cognitiva (HABERMAS, 1999); ou se ultrapassa a esfera normativa que regula a coexistência social.

À vista disto, a teoria da soberania do Estado foi colocada à prova quando em justaposição com a estrutura formal do poder político e econômico passaram a coexistir com diversos grupos e estruturas informais que se tornam a ser intersticiais e suplementares ao mesmo, ganhando relevância funcional. No caso do Brasil, Gohn (2011) salienta que os movimentos sociais oriundos desses grupos têm aberto espaços de negociação e de equacionamento de conflitos de interesses, a partir de uma gestão democrática. Desde a década de 1990, as mudanças nas políticas sociais dos Estados nacionais, resultantes do estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento, da descentralização de diversas atividades estatais na área social, geram a transferência de vários serviços que estavam na alçada das atividades estatais para o setor privado, especialmente para organizações sem fins lucrativos (ONGs). Esse processo se intensificou na segunda metade dos anos 1990, quando a conjuntura econômica altera a dinâmica dos movimentos sociais e populares, produzindo planos de ação e estratégias para atuar, com a inclusão de novas pautas de trabalho, tais como questões de gênero, idade e etnia.

Consequentemente, passou a se reivindicar uma democracia participativa que alie lutas sociais às lutas institucionais⁸, a partir de uma democratização dos órgãos e aparelhos estatais, fazendo parte de um novo modelo de desenvolvimento não só no

⁸ Algo reivindicado pelos movimentos sociais desde os anos 1980.

Brasil. Em síntese, esse cenário de mudança implicou que a gestão pública estatal é instada a ser parceira da sociedade civil, e esta passa a se reconhecer através de suas minorias, gerando a possibilidade de se formular políticas sociais para as mesmas. Constroem-se uma possibilidade da sociedade civil intervir na gestão pública, via parcerias com o Estado, configurando a entrada dos agentes de mediação nos processos de interlocução com os grupos que compõem as minorias sociais (GOHN, 2011).

Entretanto, as relações sociais construídas por meio das quais esses processos de mediação se realizam podem envolver uma série de transações voluntárias ou forçadas nas quais os sujeitos que representam suas comunidades podem acabar privando-se de boa parte de sua autonomia pessoal dentro da comunidade, em troca de uma melhoria na segurança social e econômica de sua família e de membros da comunidade. Wolf ([1956] 2003:79) sinalizava formas assimétricas de correspondência, quando discorria sobre as relações dos proprietários das *haciendas* com seus empregados/moradores, ressaltando que aos que não possuíam capital, abria-se o caminho ao proprietário de exercer o poder diretamente sobre essas pessoas. Traçando um paralelo podemos dizer que historicamente no processo de formação da sociedade no interior do Brasil, o acesso desigual a terra e as relações assimétricas gestadas entre grandes fazendeiros (que frequentemente ocupavam cargos políticos) e os camponeses, com dificuldades de reprodução social, produziam relações políticas baseadas no poder das oligarquias rurais, que exerciam dominação sobre a população rural do período da República Velha, permanecendo esse quadro inalterado por décadas (SCHENATO, 2014).

Esse poder e influência das oligarquias manteve sob seu controle a circulação de pessoas, entre estes os ciganos calon, que transitavam pela região paraibana⁹ (MEDEIROS, 2016), uma situação que parece ter se configurado na formação histórica do Nordeste como se pode depreender de algumas pesquisas específicas (SENNA, 2005; SILVA, 2010). Temos um processo de transformações socioeconômicas entre a década de 1970 e 1980 e que vai aparecer como questões analisadas por vários autores, no qual as famílias calon constituem o território paraibano um lugar de *rota* e de moradia. Como dissemos acima, os ciganos calon de Sousa (PB), se estabelecem na citada cidade entre os anos de 1982 a 1987 (GOLDFARB, 2013), numa situação que expressa dificuldades

⁹ Os ciganos Calon que refiro-me são os ciganos de Sousa, cidade do sertão do Estado da Paraíba.

de acesso à terra¹⁰, pois para estes lograrem um lugar de *pousada* e um *lugar de morada*, implicou a exigência de negociação de regras e controles sociais¹¹, de forma a garantir a própria reprodução física e social. Logo, para se viver e trabalhar, o morador se submetia à uma condição de dependência¹², conduzindo assim todos os membros da própria família à submissão. Embora o local no qual os ciganos calon de Sousa (PB) residam tenha sido doado¹³, com a chegada das primeiras famílias que acamparam em 1982 e, posteriormente em 1995, com o projeto para a construção de casas de alvenaria nos *ranchos*, pelo então governador Antônio Mariz¹⁴, a concessão dessas moradias aos calon, permanece na informalidade, visto que os mesmos não possuem documento que comprove que o terreno e as casas construídas são de sua propriedade efetiva.

Nesta conjuntura, as relações existentes dos calon com as assim chamadas autoridades “públicas e políticas”, parecem estar situadas em uma instância na qual amizade, parentesco e relações patrão-cliente são fortemente veiculadas, conformando formas de interação com os órgãos e aparelhos estatais englobados na mesma lógica. Esses processos de interlocução/mediação, mantêm um sistema de regras e de operações que passam a ser aplicados para instituir um tipo de ordem ou modelo no qual as partes envolvidas, se adequam a um esquema eficaz de controle sobre essa realidade particular que os rodeiam. Barrington Moore Jr (1975) ao situar os processos de transição democrática como formas de modernizar a estrutura de poder de um país, demonstra como são conservadas essas características atrasadas concomitantemente, de acordo com a formação social de cada nação. Podemos visualizar essa estratégia para o cenário no qual encontramos entre os calon e os sujeitos que representam o político e o público, onde é possível perceber como se mantêm os patamares de dominação sob uma nova roupagem, dando a impressão de que houve, de fato, uma mudança na sociedade, gerando um conformismo ou até mesmo satisfação, naqueles que acreditam que a mudança foi

¹⁰ É o que se vai chamar de cativo, que não significa o mesmo que escravidão, como se vai conhecer historicamente, pois aqui legalmente se é livre, embora se esteja preso por laços morais, a uma condição de subordinação (HEREDIA, 1979); (BATISTA, 2011).

¹¹ Essa condição parece se configurar por eles não disporem de posses enquanto propriedade para viverem neste contexto em específico.

¹² Isso não determina que estes calon não teriam outras formas de atividades produtivas, temos a exemplo disso, a venda e troca de automóveis e objetos de valor e a ocupação de cargos públicos de indicação.

¹³ Pelo então candidato a deputado Gilberto Sarmiento.

¹⁴ Após sua morte, foi sucedido pelo vice-governador, José Targino Maranhão, que construiu cerca de 100 casas, mais ainda faltando completar as construções para que se considere que se concluiu o projeto (MOONEN, 2011)

positiva, mas que na realidade encontram formas nas quais se sustentam relações de desigualdade e subserviência.

Quando nos debruçamos sobre esse debate percebemos que Wolf (2003) contribuiu ao estabelecer discussões sobre as relações do campesinato no México. O autor descreve como as chamadas “estruturas informais” que “são suplementares ao sistema” acabam atravessando as negociações das populações com o Estado. Os ciganos calon de Sousa, por exemplo, operam com o Estado, a partir de uma retórica que funciona de acordo com uma conformação antiga¹⁵, pois nas narrativas que nos são apresentadas, há uma frequente relação de mediação com os proprietários de terras, políticos locais e autoridades públicas, atuando então com uma condição informal em razão de uma relação temporalmente anterior a esse momento presente.

Quando na pesquisa fomos confrontados com enunciações nas quais o termo cidadão encontrava-se referenciado a situações que poderíamos caracterizar como próprias às práticas clientelísticas, percebemos como essa questão é pertinente a proposta que estamos aqui realizando. Como ilustração podemos destacar que na chegada dos ciganos Calon em Sousa (PB), em 1982, a partir das narrativas coletadas, se configurou uma relação na qual essas famílias para ter acesso à terra, fez-se necessário que negociassem com os proprietários, pois os ciganos queriam nesse momento não apenas fazer *rota*, *andar*, desejavam *pousar*. O que implicou para ambas as partes em recuperar um pacto moral, que sustentou em muitas situações essas famílias que passavam por Sousa, que permitiu que as mesmas aí se estabelecessem. Logo, existe assim um modelo a partir do qual irão acionar e reconhecer-se enquanto legítimos, onde as formas pelas quais essas relações são exercidas têm por base afiliações e alianças enquanto um tipo de relação política que aparentemente sobrevive e se expande, ao mesmo tempo em que convive com formas mais racionais e favoráveis a produção de uma situação de direito e cidadania, baseada numa horizontalidade e numa instrumentalização do Estado, via as políticas públicas.

Nessa configuração, emergem “espaços de negociação”, como sinaliza Neves (2008, p. 32) entre as partes envolvidas, onde representantes calon em Sousa (PB) submetem os interesses particulares da comunidade aos processos e lógicas que estão

¹⁵ estamos aqui nos referindo ao modelo no qual as relações pessoais se sobrepõem ao processo de impessoalidade / profissionalização / burocratização do Estado, que foi descrito e discutido por Weber (1994) por exemplo, dentre outros.

atravessando as instituições e seus agentes estatais. O Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI), conforme foi visto anteriormente, por exemplo, ao mesmo tempo em que surge enquanto um lugar que representa uma ação estatal em direção ao reconhecimento dos direitos da comunidade cigana, pode ser apreendido e tomado a partir das disputas que envolvem a noção de um prêmio para o líder, convertendo-se em benefícios para os seus seguidores. Do ponto de vista do Wolf (2003, p. 75), estes sujeitos poderiam ser classificados indivíduos que operam como grupos “orientados para a comunidade” ou “orientados para a nação”, estabelecendo assim recursos e influências de suas posições intermediárias para interação em situação de conflito, articulando interesses, atraindo aliados, formando redes políticas, de modo que prolonguem e sustentem essas relações.

Por conseguinte, compreender a formação desses campos nos quais a mediação vem se impondo, é voltar o olhar para articulações em contextos históricos específicos, cujos modos de dominação e regulação da vida social se exprimem e se realizam. Processualmente esses modos de articulação enquanto maneiras políticas de intervenção têm produzido formas de relações na Comunidade Calon de Sousa (PB) e gerado explicações como estes e outros ciganos se constituem no Brasil. Portanto, o que essas relações com as autoridades públicas implicam e o que estas excluem e incluem, acabam produzindo modelos que emergem e que sustentam as visões de mundo que estão sendo operacionalizadas tanto pelo Estado como a sociedade de modo geral.

Considerações Finais

A ampliação da participação de novos atores sociais, entre eles os movimentos sociais e as organizações civis de marca étnica, ao longo do processo de democratização, levou, por um lado, à definição de um novo código político dos direitos que legitima a existência de um campo de inter-relações da sociedade com o Estado e, por outro, ao crescimento da categoria de diferença cultural como instrumento de negociação política. Este panorama acabou pautando a formulação de uma política de reconhecimento que procurou traduzir-se em políticas públicas em todas as áreas¹⁶ de ação governamental¹⁷.

¹⁶ Na área da educação, saúde, crédito, assistência jurídica.

¹⁷ Esta transformação se deu mediante uma alteração profunda das categorias cognitivas por meio das quais o Estado “pensa” e é pensado.

Assim, a nova sensibilidade do poder público para com as especificidades étnicas e culturais está relacionada à redefinição simbólicas da “identidade nacional”¹⁸. Desse modo, como este artigo procurou apresentar, ao colocar em pauta no interior do processo mais geral de formação étnica as experiências de agenciamento dos discursos públicos sobre as diferenças, é possível destacarmos a forma pela qual tais agenciamentos afetaram e afetam as dinâmicas locais, familiares e de representação de si. Esse modelo de atuação acarretou, portanto, em reordenamentos de autoridades, reelaboração das memórias, redefinição das formas de gestão do grupo e do território no qual ocupam, através de adaptações das suas associações representativas e das formas de apresentação de seus porta-vozes ou lideranças. E é nessas condições como relata Friedman (1998), que a politização da etnia encontra uma forma de organização social em que uma esfera pública fragmentada se divide cada vez mais em hierarquias clientelísticas, sendo esta uma realidade presente em tantos grupos étnicos ciganos.

Referências

ALMEIDA, A. W.; PALMEIRA, M. G. S. A invenção da migração. In: RELATÓRIO FINAL do Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste: vol. 1. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 1977. Manuscrito.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. [1969]. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BATISTA, Mércia R. R. E tinha uma índia pura no começo da família: exercício etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades quilombolas na Paraíba. Raízes: v.31, n.2, jul-dez / 2011. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_270.pdf>. Acesso em maio de 2018.

BENDIX, Reinhard. Estado nacional y ciudadanía, Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

CHINA, José B. d'Oliveira. Os ciganos no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

¹⁸ O papel dos intelectuais e da comunidade acadêmica, foi essencial no processo político da construção da nação, que hoje opera para o amplo auto-reconhecimento público do Brasil como uma nação multiétnica e multicultural, discutindo repetidamente as problemáticas em torno das políticas públicas relativas às comunidades tradicionais e políticas de ação afirmativas.

FAZITO, Dimitri. Transnacionalismo e etnicidade: Romanesthán, nação cigana imaginada, Belo Horizonte, dissertação, Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.) Antropologia e poder-contribuições de Eric R. Wolf. Trad. de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

FERRARI, Florência. O mundo Passa: Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. São Paulo, Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) Democracia hoje. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRIEDMAN, Jonathan, “Transnationalization, Socio-Political Disorder, and Ethnification as Expressions of Declining Global Hegemony” in International Political Science Review Vol.19, No. 3, Ethnic Nationalism and the World Systemic Crisis. Jul., pp. 233-250, 1998.

GELL Alfred, [1999] 2006, “Strathernograms, or the semiotics of mixed metaphors”, The art of anthropology, essays and diagrams, Oxford New York : Berg, 48-95

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. Memória e etnicidade entre os ciganos Calon de Sousa – PB. Coleção Humanidades, João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Global, 1987 [1961].

GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. O associativismo transnacional cigano: identidades, Diásporas e territórios. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) – USP. 2012.

HABERMAS, Jürgen. La inclusión del otro, Barcelona, Paidós, 1999.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7 .Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARSHALL, Thomas Humphrey., Class, Citizenship, and Social Development, Nueva York, Doubleday & Company, Inc, 1964.

MEDEIROS, Jéssica Cunha. Em busca de uma sombra: a construção de uma territorialização através de processos de mobilidade e reconhecimento étnico entre os Calon de Sousa (PB). (Dissertação de Mestrado em Antropologia) PPGA/UFPB, 2016.

MOONEN, Frans. Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil. 3ª edição. Recife, 2011.

MOORE JR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

MORAES FILHO, Mello. Os Ciganos no Brasil e Cancioneiro dos Ciganos. São Paulo; Itatiaia, 1886.

MOTTA, Marly Silva da. A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 1992

NEVES, Delma Pessanha. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SANT'ANA, Maria de Lourdes. Os ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

SCHENATO, Vilson Cesar. Identidades, diferenças e tensões: Um estudo sobre o campesinato em contextos sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014.

SENNA, Ronaldo de Sales. A seda esgarçada: configuração sócio-cultural dos ciganos de Utinga. Editora UEFS, 2005.

SIQUEIRA, Robson de Araújo. Os calon do município de Sousa-PB: Dinâmicas ciganas e transformações culturais / robson de araujo siqueira. - Recife: o autor, 2012.

SILVA, Lailson Ferreira de. Aqui, todo mundo é da mesma família: parentesco e relações étnicas entre os ciganos na Cidade Alta, Limoeiro do Norte/CE, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (2010).

SOUZA, Mirian Alves de. Ciganos, Roma e Gypsies: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá. Rj – Niterói. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFF PPGA. 2013.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. Economia e sociedade, Brasília, v. 1, 1994.

WOLF, E. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. (Org.). Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília: Editora Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.